Iniciativa coordenada pela CGU amplia a cooperação entre instituições de diferentes esferas e poderes

A Rede Nacional de Integridade Pública ultrapassou a marca de 100 adesões com a entrada do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e do Ministério dos Esportes (MESP). Coordenada pela Secretaria de Integridade Pública (SIP), da Controladoria-Geral da União (CGU), a Rede busca fortalecer a cooperação entre instituições e promover uma agenda nacional de integridade pública.

“A participação na Rede de órgãos e entidades, não apenas federais, mas também estaduais e municipais, inclusive de outros Poderes, nos indica que será um importante espaço institucional para o fortalecimento da pauta da integridade pública em todo o país", disse a Secretária de Integridade Pública, Patricia Alvares.

“A Rede é o que transforma integridade de discurso em sistema, e em âmbito Federal tira as boas práticas do papel e transforma em procedimento comum para os 38 ministérios. Isso eleva a nota do Brasil em prevenção à corrupção”, declarou o Chefe da Assessoria Especial de Controle interno do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Claudio Torquato.

Instituída pela Portaria Normativa CGU nº 262 e lançada durante o evento de celebração dos três anos do Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação (Sitai), em maio de 2026, a Rede reúne instituições de diferentes poderes e esferas de governo.

O alcance das 100 adesões em cerca de 5 meses representa um marco na consolidação da iniciativa, e evidencia o interesse crescente das instituições em construir soluções conjuntas para os desafios da integridade pública. A proposta é ampliar o diálogo, compartilhar experiências e estimular práticas que contribuam para uma administração pública mais íntegra, transparente e comprometida com o interesse coletivo.

O Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério dos Esportes, Eduardo José realçou a importância da Rede para padronizar ações e aprimorá-las continuamente de forma efetiva. “A Rede representa um marco na convergência da gestão pública brasileira. Sua principal contribuição é a criação de um espaço contínuo de cooperação técnica, intercâmbio de soluções e padronização de boas práticas entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios”, disse.

A Rede Nacional de Integridade Pública

A Rede Nacional de Integridade Pública foi criada para funcionar como um espaço permanente de discussão, articulação e desenvolvimento de iniciativas relacionadas à gestão da integridade pública.

Entre seus objetivos estão a produção e a disseminação de conhecimento, o compartilhamento de boas práticas e a construção de estratégias integradas de promoção da integridade em âmbito nacional.

A iniciativa também busca aproximar instituições que enfrentam desafios semelhantes, incentivando a troca de experiências e a identificação de soluções que possam ser adaptadas a diferentes realidades da administração pública.

Adesão e perspectivas de ampliação

Atualmente, a Rede conta com duas categorias de participantes: membros plenos e membros associados. Para aderir, as instituições interessadas devem preencher um formulário eletrônico, que será analisado pela CGU, no qual devem ser apresentadas informações sobre a instituição, identificação do responsável pela unidade de gestão de integridade e documentação que comprove as atribuições da unidade e de seu gestor.

Os membros plenos podem compor o Conselho Diretivo da Rede (art. 3º, I), além de participar da Assembleia Geral e das votações. Os membros associados participam da Assembleia Geral e das eleições para o Conselho Diretivo, mas não podem ser eleitos para o Conselho.

A iniciativa também se prepara para ampliar sua participação. A Comissão de Apoio à Instituição da Rede está elaborando o Regimento Interno, que deverá estabelecer condições para a entrada de novas instituições do setor público e de outras organizações.

"Até o final do ano teremos a instituição do Regimento Interno da Rede, com a institucionalização de câmaras técnicas para compartilhamento de boas práticas e realização de estudos sobre o tema", afirmou a Secretária de Integridade Pública, Patricia Alvares.

A expectativa é tornar a Rede ainda mais diversa e representativa, ampliando as oportunidades de cooperação e fortalecendo a construção coletiva de uma cultura de integridade pública no Brasil.

As instituições interessadas poderão acompanhar as novidades e obter informações sobre a adesão na página oficial da Rede Nacional de Integridade Pública, no portal da CGU.

Para saber mais:

- https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/integridade-publica/rede-nacional-de-integridade-publica
- https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/integridade-publica/rede-nacional-de-integridade-publica/adesao

Fonte: CGU, em 04.11.2026.